

II

---

ECONOMIA

# Bresser-Pereira & Eugênio Gudin: pensamento e ação a partir da análise econômica

---

MARIA ANGÉLICA BORGES\*

O nacionalismo é a forma pela qual as sociedades modernas se autodefinem como nação e, a partir daí, esperam que seus governos, nas relações com os demais países, defendam o trabalho e o capital nacionais. É a ideologia através da qual uma nação ou um conjunto de nações legitima a formação de um Estado-Nação; é a prática da defesa do interesse nacional usando como ferramenta as instituições e a organização do Estado nacional. É impossível entender o comportamento dos países democráticos modernos se não considerarmos neles um forte componente nacionalista.

*Luiz Carlos Bresser-Pereira<sup>1</sup>*

O nacionalismo (...) é outra manifestação de burrice coletiva, numa época em que o imperialismo econômico já está enterrado com todos os sacramentos, em que o México despacha sem cerimônia os concessionários americanos do petróleo e em que Mossadegh expulsa arbitrariamente os ingleses, sem sofrer represálias políticas. O nacionalismo latino-americano de hoje é um triste complexo de inferioridade que está

---

\* Agradeço a João Ildebrando Bocchi e José Marcio Rego os seus comentários.

<sup>1</sup> Bresser-Pereira, 2003a.

dificultando a colaboração do capital estrangeiro, que tanto contribuiu para o progresso de países já hoje mais do que emancipados, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália etc.

Eugênio Gudín<sup>2</sup>

## Dois perfis

Luiz Carlos Bresser-Pereira e Eugênio Gudín são economistas de gerações distintas, com atuação na Fundação Getúlio Vargas. O que interessa ressaltar aqui são alguns aspectos da interpretação desses dois importantes intelectuais pertencentes à comunidade dos economistas brasileiros,<sup>3</sup> cuja atuação não se restringiu somente à academia, mas abriu um leque de influências em outras direções, inclusive na política nacional. Enquanto o primeiro completa 70 anos neste ano, o segundo, que viveu uma vida centenária, nasceu no final do século XIX e faleceu em 1986, ano do primeiro plano heterodoxo apoiado na teoria da inflação inercial, o Plano Cruzado.

Bresser-Pereira e Eugênio Gudín<sup>4</sup> são dois produtores intelectuais, que se dirigem para a carreira de economista oriundos de áreas diferenciadas do

---

<sup>2</sup> Gudín, 1952a.

<sup>3</sup> Principalmente o debate acadêmico e a implantação de políticas econômicas.

<sup>4</sup> Colocar lado a lado Luiz Carlos Bresser-Pereira e Eugênio Gudín, ressaltando diferenças e semelhanças, revela aspectos peculiares da comunidade dos economistas brasileiros. Eugênio Gudín foi e é referência para o estudo da ciência econômica no país. Na concordância ou discordância, o seu papel na formação dos economistas locais é inegável – bastaria citarmos o seu livro sobre economia monetária, *Princípios de economia monetária*, entre outras obras. Soma-se a isto sua importância para o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e para a criação dos primeiros periódicos brasileiros de economia, *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia*, publicados pelo Núcleo de Economia da FGV/Rio, criado em 1958. Para uma análise mais detalhada do seu papel como economista e produtor intelectual, ver Borges (1996). O mesmo podemos dizer de Bresser-Pereira, influência marcante no cenário nacional como homem público e economista. Também como Gudín, atua na criação de organismos e publicações voltados à análise econômica. Exemplo disto é o Centro de Economia Política, que desde 1981 publica a prestigiada *Revista de Economia Política*. Para uma análise mais pormenorizada do conjunto de sua obra, visite-se o site </www.bresserpereira.org.br>.

saber. Suas formações iniciais, entretanto, guardam uma interface com a ciência econômica, uma vez que, antes da criação das faculdades de economia no país, a teoria econômica era ministrada nas faculdades de direito e de engenharia. Bresser-Pereira tem como formação primeira a ciência jurídica e Eugênio Gudín, a engenharia.<sup>5</sup> Os dois encontrarão, porém, na economia o campo fértil para suas produções teóricas e práticas, construindo carreiras notáveis no cenário nacional. Curiosamente, ambos passarão pela pasta da Fazenda e por um período semelhante, cerca de sete meses – Bresser-Pereira<sup>6</sup> durante o governo de Sarney e Eugênio Gudín no governo de Café Filho.<sup>7</sup>

Os dois economistas são protagonistas importantes da história dessa que é uma das principais instituições de ensino e pesquisa do país, a Fundação Getúlio Vargas, Eugênio Gudín atuando no Rio de Janeiro e Bresser-Pereira, em São Paulo. Suas atuações traduzem um arsenal de realizações: publicação de livros, revistas, formação de núcleos de pesquisa, contatos internacionais, entre tantas outras iniciativas. Os dois intelectuais agregam ao seu redor vários outros participantes da comunidade científica, tanto exercendo uma influência marcante sobre alunos, professores e demais cidadãos, como ganhando notoriedade no exterior.<sup>8</sup> Soma-se a este rol de atividades semelhantes que ambos, no início de suas carreiras, atuaram,

---

<sup>5</sup> “A primeira tentativa de organização de um estudo regular de economia no Brasil data de 1931, com o decreto-lei que criou o Curso Superior de Administração e Finanças. Até 1931, não havia curso organizado para o estudo especial da economia teórica e aplicada. Havia uma cátedra de economia política na Escola Politécnica e outra na Escola de Direito” (Gudín, 1958:5). Quanto à regulamentação do ensino de economia, Gudín nos diz “ter (...) sido, em boa parte, responsável pela nova estruturação do curso de economia, organizada pela Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945” (Gudín, 1950:60).

<sup>6</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira foi ministro da Fazenda no período de 3 de maio de 1987 a 18 de dezembro de 1987 (Abreu, 1992:6). Foi também ministro da Ciência e Tecnologia e da Administração Federal e Reforma do Estado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (Bresser-Pereira, 2003a:452).

<sup>7</sup> Eugênio Gudín foi ministro da Fazenda no período de 25 de agosto de 1954 a 13 de abril de 1955 (Abreu, 1992:6).

<sup>8</sup> Como atesta um levantamento de Azzoni (2000), Bresser é o terceiro economista brasileiro mais citado no exterior. Ver também Gudín (1980) e, para Bresser-Pereira, ver Biderman, Cozac e Rego (1996).

também, como jornalistas. Bresser-Pereira “iniciou sua atividade profissional, como jornalista, em 1950, no jornal *O Tempo*. Foi repórter, crítico de cinema e secretário da primeira edição do *Última Hora*.”<sup>9</sup> Eugênio Gudín, em 1924, começou a colaborar em *O Jornal*,<sup>10</sup> de seu grande amigo Assis Chateaubriand; muitos anos depois, escreveu em *O Globo*. Ao longo de sua vida, produziu grande número de artigos para jornais, dos quais os mais importantes foram reunidos em coletâneas, além de textos para revistas especializadas que, juntamente com os seus livros, compõem sua obra.<sup>11</sup>

Ao lado de tantas identidades, percebemos diferenças marcantes. Enquanto Eugênio Gudín se declara, de forma convicta, adepto do método positivista e defende, de forma acalorada, a separação rígida entre a política e a economia, Bresser-Pereira, ancorado na epistemologia pragmática,<sup>12</sup> porém mais complexa que a do pragmatismo norte-americano, enriquecida também pelo método histórico estrutural do marxismo, defende a organicidade das duas instâncias do real, não abrindo mão da economia política como expressão maior na análise econômica, reafirmando a análise histórica como *locus* privilegiado do saber.<sup>13</sup>

Ambos debateram Marx<sup>14</sup> e o marxismo e analisaram o papel da crise na sociedade capitalista,<sup>15</sup> porém com angulações distintas. Enquanto crise, no ideário gudíniano, é um fenômeno matizado na esfera política e exportado para o tecido econômico, ou seja, endógeno ao fator político e exógeno ao fator econômico, na análise de Bresser-Pereira, a crise é analisada a partir da acumulação capitalista, entendida à luz da economia política,

---

<sup>9</sup> Ver Biderman, Cozac e Rego (1996). Atualmente, ainda podemos ler as suas críticas sobre cinema; ver, por exemplo, Bresser-Pereira (2003e).

<sup>10</sup> Ver Gudín (1980:52-59) e Abreu (1984:626-627).

<sup>11</sup> Borges, 1996:309.

<sup>12</sup> Ver Bresser-Pereira, 2003a.

<sup>13</sup> Ver Bresser-Pereira, 1986 e 1978.

<sup>14</sup> Ver Borges (1996), para uma análise da interpretação de Gudín sobre Marx. Ver Bresser-Pereira (1986), para uma interpretação de Marx no reexame da tendência declinante da taxa de lucro.

<sup>15</sup> Sobre as crises capitalistas, ver Bocchi (1999).

não cabendo uma ruptura entre essas duas instâncias do real: a econômica e a política.

Os dois economistas debruçaram-se, também, sobre o fenômeno da inflação. Pela pena de Bresser-Pereira, esse fenômeno recebe um diagnóstico mais sofisticado e uma terapia mais conseqüente, pois é desenhada a teoria da inflação inercial, como um desdobramento da teoria estruturalista latino-americana de inflação, enquanto Eugênio Gudín jamais aceitou qualquer outra explicação sobre a inflação que não rezasse pela cartilha do pensamento ortodoxo. Polemizou, inclusive, com Celso Furtado, negando o conceito de inflação estrutural:

Há sempre (...) economistas ávidos de notoriedade e sequiosos de teorias novas, ou ainda simplesmente insensatos. (...) Contanto que haja cartaz. (...) De que viveriam eles se não surgissem tais teorias [sic] para armar debates e suscitar notoriedades, mesmo passageiras. E se isto existe nos Estados Unidos, não é de admirar que prolifere na ardente imaginação dos hispano-americanos. (...) No Chile, tem-se recorrido ao alibi de uma “inflação estrutural”, congênita por assim dizer, sob o fundamento de que é deficiente a produção de alimentos; donde o encarecimento dos gêneros, a elevação dos salários e a inflação. Parece incrível que o desequilíbrio mental chegue a ponto de se avançar uma história como essa. O que se dá no Chile é, provavelmente, o mesmo, senão pior, do que se dá aqui. (...) O subdesenvolvimento da América Latina não é das coisas; é dos homens. (...) Donde se conclui que o subdesenvolvimento desta parte do mundo é um produto da incapacidade dos governantes, inclusive a burrice granítica dos “nacionalistas” e a canalhice dos políticos. (...) Suprimam-se esses fatores negativos durante dez anos e o país deixará, nesse curto prazo, de figurar no rol dos subdesenvolvidos.<sup>16</sup>

Também identificaram, no cenário internacional, o lugar da Europa e dos Estados Unidos, mas cada um segundo o seu aporte teórico.<sup>17</sup> No clássico

---

<sup>16</sup> Gudín, 1965:73-74.

<sup>17</sup> Ver Gudín (1977) e Bresser-Pereira (2003f).

debate desenvolvimentistas *versus* monetaristas, ambos se posicionam em lados opostos. Esse debate, pela sua importância, será um dos itens que desenvolveremos, compondo um dos momentos de nossa reflexão, junto com as suas experiências respectivas no Ministério da Fazenda e suas diferenças analíticas sobre Estado e economia.

### Dois economistas no poder – o Ministério da Fazenda

Tanto Eugênio Gudin quanto Bresser-Pereira foram analistas privilegiados de suas próprias experiências na Fazenda: ambos permaneceram sete meses no comando da economia e conheceram, durante suas gestões, as vicissitudes do capitalismo de via colonial.<sup>18</sup>

Bresser-Pereira aborda a sua atuação como ministro da Fazenda:

Em 1987, quando assumi o Ministério da Fazenda, vendo a crise do Estado brasileiro, tinha muito claro para mim a necessidade de uma perspectiva novo-desenvolvimentista. O novo desenvolvimento que então adotei, embora sem ainda usar essa expressão, assemelhava-se ao primeiro porque considerava que a principal função da teoria econômica é explicar o processo de desenvolvimento econômico, e a da política econômica, promover esse desenvolvimento. Porque entendia que, nesse processo, o pressuposto neoclássico de que os mercados, desde que deixados livres, encarregam-se desse desenvolvimento é falso, embora o mercado

---

<sup>18</sup> “No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o ‘cidadão’ e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornaram necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um ‘grande mundo’ democrático – contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada” (Coutinho apud Borges, 1999:126).

seja um alocador de recursos razoavelmente eficiente. Porque continuava a atribuir um papel decisivo ao Estado no processo de desenvolvimento. E porque, diante da crise do Estado que então diagnostiquei, propunha, ao invés de reduzi-lo, reconstruí-lo, tornando-o mais forte, mais capaz no plano político, administrativo e financeiro. Por todas essas razões, o nome que mais se aplicava às teorias e políticas econômicas que procurava desenvolver, embora também pudessem ser chamadas de estruturalistas, eram tipicamente desenvolvimentistas.<sup>19</sup>

Os dois economistas, ao assumirem o poder em uma das esferas mais importantes da vida pública, enfrentaram as particularidades do capitalismo brasileiro. A miséria da via colonial impõe o seu preço, sendo preciso buscar tipos analíticos adequados ao ser histórico brasileiro. As dramáticas condições locais nos obrigam a construir uma teoria que dê conta de nossas incompletudes estruturais. Os clássicos, como Marx e outros, lembra-nos Lukács, viajam do universal até o particular, passando pela singularidade, para reinventar a teoria e tentar dar respostas aos problemas que a realidade impõe ao homem, na produção e reprodução da vida no plano da materialidade e da idealidade.<sup>20</sup>

Através do pensamento de ambos os economistas, sob angulações sociais diferenciadas, surge uma nova abordagem na análise econômica. Enquanto Gudin se notabilizou por desenvolver o *novo liberalismo*,<sup>21</sup> Bresser-Pereira propõe o *novo desenvolvimentismo*:

Entretanto, as novas idéias distinguiam-se do velho desenvolvimentismo, que havia se tornado populista, porque eu recusava a indisciplina fiscal e o protecionismo. A irresponsabilidade fiscal foi a principal doença do desenvolvimentismo, enquanto que o protecionismo era uma caracterís-

---

<sup>19</sup> Bresser-Pereira, 2003a:415.

<sup>20</sup> Lukács, 1968.

<sup>21</sup> O novo liberalismo, para Gudin, vai superar todos os problemas econômicos encontrados no início do século, visto que engloba as positivities do liberalismo e corrige seus defeitos. Ver Borges (1996:43-118).



tica essencial e legítima enquanto a indústria nacional era infante, mas deixava de sê-lo quando se tornava madura e passava a poder se beneficiar da competição internacional.<sup>22</sup>

Como Gudin, Bresser-Pereira lamenta o acanhamento do espaço estatal para a implantação de seu ideário:

Lutei por essas idéias [o novo desenvolvimentismo] no Ministério da Fazenda, e perdi. O país não estava maduro para elas. No final dos primeiros três meses, quase fui expulso do partido por parlamentares populistas [PMDB] que se indignavam com minha determinação de alcançar o equilíbrio fiscal.<sup>23</sup>

Ainda na esteira das palavras de Bresser-Pereira, registramos que, como Gudin, a ausência do espaço adequado de atuação o leva a retirar-se de cena:

O Plano Bresser foi heterodoxo, mas foi um plano pela metade, foi um plano band-aid que tinha que ser completado. As diretrizes do que tinha que ser feito estavam no Plano de Consistência Macroeconômica. Como não havia condições políticas para fazê-lo, saí do ministério. O Plano Bresser – foi assim que o congelamento de 1987 ficou sendo chamado – devia ser completado com um segundo choque e com ajuste fiscal, em um momento em que os preços relativos estivessem mais equilibrados. Nesse momento, os desequilíbrios decorrentes apenas dos aumentos defasados poderiam ser corrigidos com tablitas de conversão.<sup>24</sup>

E, ainda, havia a preocupação com a *hiperinflação*: “Discutimos também naquela época a idéia de ‘OTNização’, que corresponderia à URV, mas estávamos mais inclinados ainda pelo congelamento, dado o receio

---

<sup>22</sup> Bresser-Pereira, 2003a:415.

<sup>23</sup> Ibid., p. 416.

<sup>24</sup> Binderman, Cozac e Rego, 1996:170.

de Chico Lopes e Yoshiaki [Nakano] de que a 'OTNização' resultasse em hiperinflação."<sup>25</sup>

As vicissitudes que Bresser-Pereira encontrou na sua experiência ministerial, segundo ele, diferenciam-se dos demais planos econômicos que analisou:

Na análise dos doze planos, a conclusão mais geral a que chego é de que a causa fundamental do fracasso desses planos não foi em absoluto a falta de apoio dos políticos: foi a incompetência dos economistas. Economistas que não foram capazes de entender que havia inércia quando a inércia já era fundamental. Isso vale para os quatro planos anteriores ao Plano Cruzado. No caso desse plano, houve incompetência populista não de seus autores, mas dos seus implementadores. Depois, todos os outros planos, sem exceção (...) revelaram um grande desconhecimento de inércia inflacionária e pouca capacidade de fazer um ajuste fiscal.<sup>26</sup>

Um dos temas mais fascinantes das ciências humanas é a discussão do papel do sujeito na história, estampada, também, na controvérsia que acompanha, de um lado, a identificação do líder carismático que galvaniza os atores políticos e faz a história acontecer e, de outro, os sujeitos históricos que, na disputa de interesses contraditórios, buscam a construção de sua hegemonia. Nessa direção, os dois ex-ministros mergulharam no drama de refletir sobre as próprias atuações, pincelando tons marcantes na tela da dualidade da ação humana e dos compromissos históricos. O balanço das horas vividas na desconfortável cadeira de ministro da Economia joga o seu peso e a pena torna-se aguda. Acompanhando as experiências pessoais, encontramos os cenários externo e interno que nos apresentam tons mesclados com todas as dificuldades e limitações do capitalismo na periferia.

Por fim, completando o quadro desenhado até aqui e na busca da compreensão do chão social que criou os embates travados nas últimas décadas

---

<sup>25</sup> Binderman, Cozac e Rego, 1996:170.

<sup>26</sup> Ibid., p. 170-171.

do século XX, Bresser-Pereira apresenta uma análise que rediscute o significado do Consenso de Washington, dividindo-o em dois momentos:

Desde o final dos anos 1980 a sociedade brasileira começou a se dar conta da necessidade do ajuste fiscal e da abertura comercial. Recebi essas mudanças com alegria, mas... Ao invés da mudança controlada do desenvolvimentismo para o novo desenvolvimentismo, o que vi foi uma guinada de 180 graus na política econômica... O país aceitava agora os conceitos de Washington e de Nova York sem discutir, sem pestanejar. Ao primeiro Consenso de Washington seguiu-se o segundo,<sup>27</sup> muito mais desestruturador da economia nacional.<sup>28</sup>

São interessantes as inequações enfrentadas pelos dois ministros, pois não se trata de coincidências. A análise mais apurada revela a incompletude do capitalismo brasileiro e de seus atores sociais, cerceando a atuação das lideranças locais. Somam-se a esse quadro perverso as mazelas do cenário internacional, que registraremos no final deste item, após os comentários sobre Gudin na Fazenda.

Gudin também analisou a sua atuação na pasta da Fazenda em 1953:<sup>29</sup>

A estes, e especialmente aos futuros responsáveis pela política econômica do país, vou citar aqui dois exemplos recentes de administrações na pasta

---

<sup>27</sup> O Segundo Consenso de Washington foi patrocinado pelas organizações internacionais e pelo governo norte-americano, e tornou-se parte da condicionalidade dos empréstimos a esses países. É o resultado da soma da liberalização dos fluxos internacionais de capital com a estratégia de crescimento com poupança. Em termos práticos, envolveu moedas sobrevalorizadas (baixas taxas de câmbio) e altas taxas de juros; em termos de políticas, a tentativa de controlar o déficit orçamentário, enquanto o déficit em conta corrente era ignorado (Bresser-Pereira e Nakano, 2003:8). Sobre o Segundo Consenso de Washington, ver Bresser-Pereira (2003c).

<sup>28</sup> Bresser-Pereira, 2003a:416.

<sup>29</sup> Como Bresser-Pereira, Gudin também tinha consciência dos reais limites políticos de sua atuação na pasta da Fazenda e da dramática correlação de forças que enfrentara, consequência de interesses de grupos estruturados no poder. Contraditoriamente, a Gudin vai faltar o apoio dos cafeicultores e a Bresser-Pereira, o dos industriais.

da Fazenda que quase chegaram a debelar a corrente inflacionária e que o teriam feito se pouco mais tempo tivessem tido. O primeiro exemplo foi a administração do Sr. Correia e Castro (...) de outubro de 1946 a junho de 1949.<sup>30</sup> (...). O segundo exemplo foi o da primeira fase do Governo do Presidente Café Filho, de setembro de 1954 a abril de 1955, período de sete meses apenas, em comparação com os quase três anos do primeiro exemplo. Acresce que, quando o Presidente Café Filho assumiu o governo, havia menos de dois meses que se tinha posto em vigor a duplicação do salário mínimo, que empurrava inexoravelmente para cima todos os custos de produção e, portanto, os preços. Pois bem, ao fim de poucos meses de uma política monetária adequada, a alta dos preços arrefecia sensivelmente.<sup>31</sup> (...) Eram apenas sinais precursores do domínio sobre a inflação. Nem mais se podia esperar ao fim de poucos meses e com a alta dos salários a exercer pressão sobre custos e preços. Mas é o bastante para mostrar aos novos governantes o que se pode conseguir no combate à inflação em períodos relativamente curtos.<sup>32</sup>

Gudin se utiliza aqui, também, da razão técnica como forma adequada de reencontrar o equilíbrio no sistema capitalista e transforma em receituário a sua gestão, como o melhor exemplo da aplicação prática daquele princípio. Considera o que propôs e parte do que conseguiu executar – pois não teve fôlego político para implantar todo o seu programa – como a única

---

<sup>30</sup> Nessa gestão, “o crescimento dos meios de pagamento subiu do índice 114, em princípios de 1947, ao índice 130, em junho de 1949. Isto é, 14% apenas, em dois anos e meio, ou seja, menos de 6% ao ano. O índice de custo de vida no Distrito Federal subiu de cerca de 113, em janeiro de 1947, a 131, em junho de 1949. Isto é, 16% em dois anos e meio, ou seja, 6% ao ano” (Gudin, 1959:40).

<sup>31</sup> “De janeiro a maio de 1955, os índices dos preços dos gêneros alimentícios, exclusive o café, foram os seguintes: janeiro, 239; fevereiro, 236; março, 237; abril, 237; maio, 239. Cessou, portanto, a alta de preços dos gêneros. Os índices de preços dos produtos têxteis foram: janeiro, 252; fevereiro, 244; março, 243; abril, 240; maio, 245, o que mostra que havia cessado a alta de preços dos tecidos. Os índices de preços dos materiais de construção foram: janeiro, 250; fevereiro, 249; março, 246; abril, 245; maio, 245; preços que baixaram, portanto, ligeiramente” (Gudin, 1959:41).

<sup>32</sup> Gudin, 1959:41-42.

racionalidade possível para gerir a economia, pois, segundo ele, baseia-se em princípios da ciência econômica, vista como natural e isenta de valores.

Sua descrição desse processo é bastante esclarecedora:

A cura da inflação é bem menos difícil do que parece. Requer apenas um timoneiro bem seguro de seus rumos e dotado de caráter e energia, além, é claro, de um presidente que lhe dê o mais decidido apoio. Penso que tudo se pode resumir em cinco itens: 1.) Revigoração da Instrução nº 108, da Sumoc, segundo a qual os bancos só podem dar aplicação a 50% dos novos depósitos, isto é, 50% do excesso dos depósitos acrescidos de agora em diante, recolhendo os outros 50% à Sumoc<sup>33</sup> (e não ao Banco do Brasil). 2.) Estabelecimento de “tetos” do máximo de crédito em cada Carteira do Banco do Brasil, sem que isso importe em fixar esses tetos abaixo do nível atual. 3.) Combater por todos os meios, inclusive os mais corajosos, os déficits dos orçamentos da União e autarquias, sem descurar dos estados; é o mais duro de executar. 4.) Conter os aumentos de salário mínimo, nas proporções do aumento do custo de vida a partir do pós-guerra, como recomendou o Conselho Nacional de Economia, em princípios de 1954. 5.) Não tentar realizar investimentos e obras novas além do que permitem os recursos da economia privada e das disponibilidades governamentais. Hoje não é mais preciso quebrar o Banco do Brasil, como fez Murtinho<sup>34</sup> (ao tempo em que as teorias monetárias ainda eram confusas) nem lançar ao desemprego milhares de operários. Com a *técnica* moderna, é uma operação “quase” sem dor.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> “Sumoc – Superintendência da Moeda e do Crédito. Instituição financeira criada em 1945, na dependência do Ministério do Fazenda, incumbida de fiscalizar o sistema bancário nacional, traçar a política monetária e cambial do país e assessorar o governo nas questões econômicas. Suas determinações eram executadas pelas carteiras especializadas do Banco do Brasil. Foi extinta em 1964, quando da fundação do Banco Central do Brasil S.A., que absorveu suas funções” (Sandroni, 1985:420). O projeto de criação da Sumoc foi de Bulhões. Ver, sobre esse tema, Bulhões (1990, especialmente caps. 5 e 6).

<sup>34</sup> Joaquim Duarte Murtinho foi ministro da Fazenda de 15 de novembro de 1898 a 2 de setembro de 1902, durante a presidência de Manuel Ferraz de Campos Sales. Sobre sua gestão, ver Abreu (1992:26-28).

<sup>35</sup> Gudin, 1959:42-43.

Além da visão tecnocrática como forma de condução da economia, o trecho transcrito contém outros importantes elementos que revelam a correlação de forças vivida naquele momento e que são dignos de reflexão, pois também esclarecem a queda rápida de Gudin. Segundo a análise de Pinho Neto: “O pilar básico da política de estabilização do governo repousava no entanto na Instrução 108 da Sumoc”.<sup>36</sup>

Por outro lado:

A novidade da Instrução, que seria o primeiro passo de uma reforma bancária mais ampla, consistia no recolhimento do compulsório à caixa da Sumoc e não mais à do Banco do Brasil. Garantia-se assim a eficácia da ação redutora da medida sobre a capacidade de expansão creditícia dos bancos comerciais. (...) [E] finalmente, completando o conjunto de medidas restritivas, estabeleceram-se limites para as operações de empréstimos das diversas carteiras do Banco do Brasil, identificado como o principal foco de expansão do crédito, através, sobretudo, das pressões exercidas pelas entidades públicas e pelo Tesouro.<sup>37</sup>

Mas:

No que concerne às contas do governo, Gudin pretendia implementar um austero programa fiscal, aliando ao corte nas despesas públicas um incremento na receita orçamentária. Este último revelou-se politicamente inviável, dada a oposição no Congresso à elevação da carga tributária. O que Gudin desejava, de fato, era a modificação do orçamento de 1955 que havia sido aprovado pelo Congresso com um significativo déficit. Finalmente, o Presidente concordou em aprovar um plano que determinava em 1955 um corte de 36% (das dotações originais) na alocação das verbas ministeriais, sendo que os ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e Viação e Obras Públicas teriam suas dotações reduzidas em

---

<sup>36</sup> “Por meio desta, aumentava-se o compulsório sobre os depósitos à vista de 4% para 14% e de 3% para 7% sobre os depósitos a prazo superiores a 90 dias” (Pinho Neto, 1992:155).

<sup>37</sup> Pinho Neto, 1992:155.

60%. Uma vez mais, deparando-se com uma suposta necessidade de redução dos gastos do governo, a ortodoxia optaria prioritariamente pelo corte dos investimentos públicos ao invés dos gastos em consumo.<sup>38</sup>

Outro ponto de seu programa que geraria descontentamento foram as medidas com relação à cafeicultura, que, num primeiro momento, poderiam causar estranheza do ponto de vista da análise – inclusive porque geraram protestos dentro do próprio setor –, mas, a nosso ver, para além de possíveis contradições do autor, elas reafirmaram a fidelidade ao seu modo de pensar o econômico.

Primeiramente, vamos relatar que medidas foram essas e quais as suas implicações, para depois, à luz da análise, entendê-las dentro da concepção em que foram geradas.<sup>39</sup>

No que diz respeito à política cafeeira, poucas foram as modificações implementadas em relação ao regime determinado pela Instrução 99 do Governo Vargas. Por meio desta Instrução, tentou-se reduzir o preço mínimo que havia sido fixado em junho de 1954, permitindo-se a venda de 20% das cambiais no mercado livre, o que resultava na prática em bonificações oscilantes conforme as flutuações daquele mercado. Através da Instrução 109 (novembro de 1954), fixou-se a bonificação para o café, enquanto que a Instrução 112 (janeiro de 1955) fixava, em nível mais elevado, as bonificações para os demais produtos de exportação, incluindo o cacau e o algodão. A implementação desta Instrução seria o “esto-

---

<sup>38</sup> Pinho Neto, 1992:155-156.

<sup>39</sup> Quando implementou essas medidas, Gudin tinha acabado de retornar de Washington: “Em setembro de 1954, Gudin embarcou para Washington, a pretexto da reunião anual do Fundo Monetário Internacional. Recebido calorosamente pelo *staff* desta instituição, Gudin impressionaria muito positivamente a comunidade financeira internacional, pelo firme propósito de implementar medidas austeras no combate ao desequilíbrio orçamentário, visto pela ortodoxia financeira como o principal responsável pelos desajustes externo e interno. Segundo o *New York Times*, Gudin era ‘the right man, in the right place, at the right time’” (Pinho Neto, 1992:152). Entretanto, esse entusiasmo pela figura de Gudin não fora revertido em ajuda substantiva no plano financeiro. Ver, sobre esse tema, Pinho Neto (1992:152 e 154).

pim” para a manifestação de descontentamento da cafeicultura com o chamado “confisco cambial”, qual seja, a compra das cambiais de café a uma taxa menor que a do mercado livre. O governo tentaria remediar a situação através da Instrução 114 de fevereiro de 1955, que equiparava a bonificação do café à dos outros produtos da segunda categoria de exportação, nos termos da Instrução 112. Todavia, a insatisfação do setor tinha raízes mais profundas que meros paliativos não conseguiriam atingir e teria influência decisiva na articulação política que determinaria a queda de Gudin.<sup>40</sup>

O que Gudin realmente queria – e deixaria isto claro em seus escritos, particularmente o texto de 1959, que contempla o seu balanço desta gestão na pasta da Fazenda – era viabilizar uma política econômica que restaurasse o verdadeiro papel da agricultura em geral e do próprio café em particular, eliminando o que ele denominava *inflação do café*. As regras do jogo, porém, já estavam montadas segundo uma estrutura gerenciadora da economia, a qual era impossível reequacionar unilateralmente. Indústria e café correspondiam a uma determinada lógica de reequacionamento da política agrícola desde 1930. Era impossível a sua alteração, sem penalizar os dois setores no curto prazo. E, mesmo que Gudin acreditasse que as possíveis adversidades – necessárias para rearranjar a economia – poderiam compensar, no futuro próximo, o setor cafeicultor, não contou com a compreensão do possível aliado, que não quis trocar a hegemonia no futuro (junto com os outros produtores agrícolas) pelas regalias do momento.

Os relatos analíticos dos dois economistas apontam questões estruturais da economia política brasileira e sinalizam para além das próprias experiências. Nessa perspectiva, como fecho desta discussão, mas abrindo para um debate que ainda hoje está na ordem do dia, lembramos que os temas que envolvem as restrições externas e os limites das políticas internas fascinam os principais analistas do tecido econômico. Belluzzo, em instigante artigo com Almeida, ao analisar a economia brasileira das décadas de 1980

---

<sup>40</sup> Pinho Neto, 1992:156.



e 90, expõe os mecanismos que mais refletem as restrições externas e os limites das políticas internas:

As restrições externas determinadas pela crise da dívida<sup>41</sup> têm dificultado sobremaneira a execução de políticas econômicas em países em desenvolvimento (...) Os mecanismos que mais refletem as restrições externas [são] primeiro: o alijamento do país dos fluxos de financiamento externos. Isso representou a perda da fonte externa para o financiamento público e o financiamento de longo prazo do investimento, além da perda da possibilidade de que o país recorra a créditos correntes para a regularização de eventuais desequilíbrios de curto prazo do balanço de pagamentos. Isso concorreu para a elevação do endividamento interno do setor público, para deprimir a taxa de investimento da economia (com conseqüência sobre a média do crescimento nos anos 80) e, a curto prazo, para criar uma extrema inflexibilidade nas contas externas do país. Como resultado dessa última decorrência, o manejo da taxa de juros interna perde eficácia como instrumento indutor dos fluxos de capitais de curto prazo.<sup>42</sup>

E, no segundo momento:

A geração de megassuperávits comerciais tornou-se imperiosa como contrapartida da "crise da dívida" e dos acordos com os credores externos. Isso resultou no compromisso de que o país honre os desembolsos previstos dos juros da dívida externa. Aliado à impossibilidade da entrada de capitais de curto prazo para regularização do balanço de pagamentos, isso determinou uma inflexibilidade cambial também extrema ao país, no sentido de que uma redução, ainda que modesta, do saldo comercial

---

<sup>41</sup> Bresser-Pereira (1989) também se debruçou sobre a temática das dívidas externas brasileira e do conjunto dos países endividados, defendendo uma negociação destas dívidas através da sua redução com substanciais deságios e a utilização de mecanismos que aumentassem as garantias dos bancos credores. Posteriormente, o Plano Brady concretizou a renegociação das dívidas, contemplando algumas das preocupações de Bresser-Pereira.

<sup>42</sup> Belluzzo e Almeida, 1992:46-47.

(...) tende a repercutir internamente na forma de uma crise cambial com efeitos potencialmente explosivos sobre a taxa de câmbio. Os privilégios das posições dos exportadores e rentistas no plano interno (...) encontram correspondência nesses fatores.<sup>43</sup>

Como podemos depreender das palavras de Belluzzo e Almeida, a avaliação destes ricos períodos ainda não está totalmente esgotada. Como vimos, os espaços de atuação, mesclados por vicissitudes nacionais e internacionais, impõem desafios que necessitam colocar em marcha articulações e mobilizações políticas amplas, que garantam a hegemonia dos projetos desencadeados, os quais, por si só, não permitem às suas lideranças a efetividade buscada.

Diante de um quadro tão rico quanto complexo, torna-se ainda mais fascinante a análise comparativa da produção acadêmica e da intervenção pública dos dois economistas tão emblemáticos. Nessa direção se evidencia, apesar de todas as diferenças, um forte compromisso de ambos com a reflexão e com a ação voltadas à discussão e promoção do crescimento, quer para o economista monetarista, com todos os seus equívocos, quer para o economista desenvolvimentista.

Enquanto Bresser-Pereira reflete diretamente os esforços em prol da industrialização brasileira, Gudin, um dos mais aguerridos críticos do estruturalismo brasileiro e latino-americano, permanece como o símbolo da nossa vocação agrária.

Os escritos de Bresser-Pereira deixam claro que a agenda da construção de um capitalismo auto-sustentado, com suporte na industrialização, está longe da sua conclusão, mantendo, senão ampliando, os desafios históricos de nossa afirmação nacional.

### Estado e economia

Um aspecto que merece destaque, como já assinalado, é o posicionamento dos economistas desenvolvimentistas com relação ao papel do Esta-

---

<sup>43</sup> Belluzzo e Almeida, 1992:47.

do na economia. Sua separação é impossível. E, em última instância, o que diferencia as linhas que abraçam o estudo da economia é a forma como se entende a relação entre economia e realidade social: isolada dentro do próprio objeto, como fator econômico e autônomo em relação aos demais, ou como momento constitutivo da totalidade concreta em um movimento contraditório, no qual determinante e determinado interagem e se influenciam.

Nessa direção, Bresser-Pereira deixa bem claro o seu posicionamento, como, por exemplo, na entrevista concedida aos autores da obra *Conversas com economistas brasileiros*:

Se vocês quiserem que eu separe a economia da política, vocês estão perdidos, porque não consigo. A economia é sempre política. A democracia avançou nesses últimos séculos de maneira muito grande no mundo, primeiro com a definição, depois com a implantação de alguns direitos nas Constituições e nas leis dos países. No século XVIII, os filósofos iluministas e duas revoluções, a americana e a francesa, contribuíram para a definição dos direitos individuais contra o Estado oligárquico, opressor. E, no século XIX, os liberais implantaram esses direitos nas Constituições e leis dos países. No século XIX, os socialistas e, em segundo lugar, a Igreja definiram os direitos sociais, os direitos dos fracos contra os fortes, dos pobres contra os ricos. E, no século XX, esses direitos foram implantados nas Constituições e nas leis dos países. Entretanto, com o surgimento do Estado social, o Estado tornou-se muito grande, e o interesse de grupos especiais de se apoderar dele, de reprivatizá-lo, se tornou enorme. Reprivatizá-lo porque o Estado pré-capitalista é, por definição, privatizado pela classe dominante. Com a democracia isso vai perdendo força. No final do século XX, uma tarefa fundamental do nosso tempo é definir um terceiro tipo de direito, que eu proponho chamar de direitos públicos.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Biderman, Cozac e Rego, 1996:161.

Gudin, um dos demiurgos do neoliberalismo, é, provavelmente, um dos melhores exemplos para cumprir a tarefa da contraposição. Criador do conceito do *novo liberalismo*, propõe um Estado liberal de novas cores:

Não faço a profissão de fé do simples “laissez-faire”. O mecanismo econômico imaginado pelos clássicos era o de um conjunto de forças e contra-forças que faziam com que o sistema tendesse sempre e automaticamente para o equilíbrio. J. B. Say dizia que a produção constituía a própria fonte de seu escoadouro, o poder de compra originado pela produção de uns servindo para comprar o que produziam outros. Ele não figurava porém a hipótese de que as mercadorias não fossem produzidas nas proporções certas correspondentes à procura; não considerava a possibilidade dos desequilíbrios horizontais ou verticais nem tampouco figurava a hipótese de retenção de poder de compra em suspenso etc. Não é portanto o desinteresse do Estado pela ordem econômica que se propugna. À medida que o organismo econômico crescia em extensão e em profundidade e portanto em complexidade, tornava-se necessário regulamentar as novas instituições. (...) O Estado deveria impedir que a liberdade fosse utilizada para matar a liberdade. A crescente complexidade das instituições foi exigindo do Estado uma série de leis e medidas constitutivas do que se poderia chamar de código de comportamento econômico, sem que entretanto isso o levasse a invadir a seara privada da iniciativa particular. É a esse sistema que se tem convencionado chamar de Economia Liberal.<sup>45</sup>

Duas posições, duas propostas diferenciadas de teorizar e praticar a relação entre Estado e economia. De um lado, a preocupação com os direitos sociais e os direitos públicos; de outro, a racionalidade possível para a lógica da privatização do espaço público, atendendo às necessidades do capi-

---

<sup>45</sup> Gudin, 1957:10. Este texto é a reprodução de uma conferência publicada na *Carta Mensal* (órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, com a cooperação do Sesc). Essa conferência tem o mérito de traduzir a concepção do autor sobre a relação entre Estado e economia, focalizando sua posição acerca do poder. Vemos aí como Gudin acomoda os princípios liberais ao mundo do pós-guerra.

tal e suas tarefas na acumulação capitalista. Belluzzo, com relação a essa temática, lembra que:

O mal é a política. Se o Estado se limitasse a cumprir os seus deveres de guardião da livre concorrência, de bom administrador das finanças e da moeda, um discreto provedor de “externalidades”, mediante o investimento em infra-estrutura, tudo correria às mil maravilhas. Mas a política dos interesses e os interesses da política não infreqüentemente ou cada vez mais se aninham nos desvãos da máquina pública para quebrar o equilíbrio da ordem natural, imposta pelas normas da racionalidade individual e da mão invisível. A Primeira Guerra Mundial, na visão de Gudin, é o fato político que veio perturbar a harmonia preservada durante a longa era vitoriana, a Pax Brittanica, os suaves ajustamentos do padrão-ouro, o livre-comércio. Para os liberais a eclosão da guerra foi como um raio em céu azul, quase inexplicável. Há quem duvide que dessa harmonia pudesse ter nascido tão grande confusão. Não apenas a guerra, mas o período de crises sucessivas que marcou as décadas dos vinte e dos trinta fazem suspeitar que, sob a calma da superfície, se agitavam forças poderosas.<sup>46</sup>

O recorrente retorno deste debate reflete as contradições entre dois campos distintos da análise econômica: neoliberais e desenvolvimentistas. Encontramos, nos escritos de vários pensadores incrédulos na evolução natural e mecânica do modo de produção capitalista, as críticas à evolução espontânea da economia de mercado. No cenário nacional, temos exemplos marcantes, como Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel, entre tantos.

Os atores políticos, identificados com o desenvolvimento nacional, há muito romperam com a aceitação da inserção da economia brasileira no cenário internacional, centrada, unicamente, na lógica da exportação. Descartam, de saída, a integração homogênea, porque reconhecem as contradi-

---

<sup>46</sup> Belluzzo, 1996:10-11.

ções do par nacional/internacional na esfera da economia de mercado. Portanto, sem uma postura firme e corajosa de construção dos acordos comerciais, sucumbiremos ao capital financeiro. E mais, os nossos acordos, enquanto país soberano, só poderão ser traçados com o fortalecimento interno de nossa economia, pautada com uma política industrial autônoma, respeitando as potencialidades de um país que traz a marca continental de sua extensão.

*Dependência e subordinação* aos países centrais casam-se com *globalização e neoliberalismo*; são pares presentes, como faces de uma mesma moeda; aparecem, reiteradamente, como prévia ideação da lógica dominante das políticas econômicas que têm alimentado nossa história, com relação, principalmente, à vida material. Nesse sentido, a recuperação das teses que buscam um enfrentamento dos reais problemas do país traz um pouco de luz para a superação do nosso atraso.

### Heterodoxia & ortodoxia: a atualidade do debate

Um dos momentos que constituem a dualidade heterodoxia e ortodoxia na análise econômica está posto na controvérsia desenvolvimentistas *versus* monetaristas. No final do século passado, assistimos à volta do debate entre neoliberais e estruturalistas. Essa polêmica tem uma longa pré-história, durante o século XX, no pensamento econômico brasileiro e conheceu os seus anos iniciais na controvérsia Gudin *versus* Simonsen,<sup>47</sup> durante a era Vargas, como reflexo de nossa industrialização retardatária, ou seja, tardia em relação aos países líderes do sistema econômico vigente.<sup>48</sup> Eugênio Gudin é considerado, até os dias atuais, o grande mestre dos neoliberais brasileiros. Roberto Simonsen foi um dos idealizadores e presidente da Fiesp. Ambos duelaram sobre os rumos da industrialização no país, sendo Gudin um defensor da vocação agrária brasileira a partir do

---

<sup>47</sup> Ver Gudin (1977).

<sup>48</sup> Ver Borges (1999).

princípio das *vantagens comparativas*.<sup>49</sup> Bresser-Pereira foi um dos analistas que interpretaram as contribuições de Eugênio Gudín para a formulação do ideário de nossa vocação agrária. Nas suas reflexões acerca das *Seis interpretações sobre o Brasil*, lemos:

A interpretação da vocação agrária da sociedade brasileira corresponde à hegemonia da burguesia agrário-mercantil tranqüila no Brasil até os anos vinte e sob permanente contestação a partir de então. Mas, ainda nos anos quarenta e cinquenta, era a interpretação ideologicamente hegemônica, apesar do fato de a burguesia agrário-mercantil não controlar mais o Estado com exclusividade desde 1930. Para esta interpretação, o Brasil é o país essencialmente agrícola, é o país cheio de riquezas naturais e de cordialidade, mas tropical e mestiço, portanto inferior... É o Brasil essencialmente agrícola de Murtinho e de Eugênio Gudín.<sup>50</sup>

Hoje, o debate entre os principais economistas do país contempla, assim como no passado, as forças vivas da sociedade civil e interfere na dinâmica das lutas sociais, influenciando-a.<sup>51</sup> Pois, na medida em que as irresoluções da política econômica acentuam as contradições vividas, o debate adentra o século XXI e ganha maior espaço, assim como aumenta a sua consistência e profundidade, mostrando a sua verdadeira dimensão histórica. A dualidade real está centrada na visão de mundo neoliberal, contrária à desenvolvimentista. Para além da retórica ortodoxa, longe dos marcos da integração homogênea com o capital internacional, existem setores da sociedade brasileira críticos da forma perversa como os recur-

---

<sup>49</sup> Possuem vantagens comparativas os bens produzidos em um determinado país, cujos custos de produção sejam menores que os produzidos em outro país. As vantagens comparativas podem ser naturais ou adquiridas. As naturais são aquelas ligadas aos produtos agrícolas e as adquiridas são aquelas ligadas à produção de bens industriais. Este conceito econômico é originário da economia política clássica e foi seguido pela escola marginalista. Após a II Guerra Mundial, a teoria das vantagens comparativas foi criticada pelos estruturalistas cepalinos, como Raúl Prebisch e Celso Furtado.

<sup>50</sup> Bresser-Pereira, 1982:272.

<sup>51</sup> Ver Bresser-Pereira (2003d).

os nacionais estão sendo dizimados, assim como o nosso parque industrial está perdendo paulatinamente o seu lugar, para ser substituído por grupos monopolistas e oligopolistas, patrocinadores da riqueza concentrada e da miséria socializada.

Os neoliberais preferem travar o debate dentro do cenário internacional, criando a ilusão heróica de que o capitalismo resolve os problemas da humanidade e que um dia chegaremos lá; de que estamos vivendo a infância desse sistema e algum dia seremos tão desenvolvidos como os países do G-7, com direito a um mercado comum, a uma moeda única, acompanhados de inflação contida e acesso às maravilhas da sociedade de consumo.

Diferentemente dos laudatários do sistema, os seus opositores denunciam esse “mar de rosas” e colocam “o dedo nas feridas” do modo de produção capitalista: fome, analfabetismo, ausência de condições dignas de saúde, higiene, habitação, entre outros pontos. Enfim, foge ao modelo de análise monetarista/neoliberal – que quer separar a política da economia e defender o capitalismo naturalista como o *locus* adequado para a realização das necessidades da sociedade – a capacidade de encontrar respostas.

Os problemas estruturais da economia nacional e internacional, interligados ao todo social, estão longe de terem conseguido uma solução adequada, sequer satisfatória. A crise estrutural do capitalismo continua na berlinda e o discurso da globalização não tem forças para encobrir todos os seus desarranjos. Mais do que nunca, para além da denúncia dos desastres, é necessário buscar novos caminhos de construção de um projeto nacional.

Enfrentar a controvérsia sobre desenvolvimentistas *versus* monetaristas conduz a uma interessante reflexão a respeito dos caminhos que nos levarão a superar as inequações do capitalismo tardio, o que, neste momento, tem um sabor mais especial, pois começamos um novo século, período que gera um terreno propício para um balanço retrospectivo. Novo milênio começa e os problemas estruturais da sociedade brasileira continuam. Somos marcados pela dualidade, vivemos de maneira aguda as constrictões do sistema, pois ameaçamos, mas nunca chegamos a romper os dramáticos índices de miséria que assolam as grandes maiorias. Vivemos a farsa de nos apresentarmos como potencialidade, sem nos tornarmos efetividade.



O extraordinário crescimento do capital financeiro, marca desta última fase da globalização, nos aprisiona nos tentáculos da especulação. Os últimos anos, vividos sob o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, passaram através dos nossos olhos, levando nossos recursos para fora do país, privatizando as nossas riquezas sob a égide da transnacionalização econômica, devorando nossas cadeias produtivas e os espaços dos trabalhadores, que levaram paulatinamente ao aumento do exército dos desempregados.

Os críticos a este estado grave de irresoluções compõem um interessante mosaico, desde aqueles cujas posturas defendem a ruptura com o sistema capitalista, até setores que propõem a modernização do país nos marcos da economia de mercado, porém com autonomia em relação aos pólos centrais do sistema. É um leque que abriga propostas de desenvolvimento econômico com nuances próprias, porém que se somam diante das imensas tarefas.

Os críticos radicais, assim como os defensores do nacional-desenvolvimentismo, sensibilizados com esse quadro, apontam para o drama que os mais desfavorecidos encontram no desemprego estrutural e sinalizam as contradições que se agudizam diante da crise capitalista. Portanto, urge que as forças vivas empreendam suas ações para reverter o quadro precário através do qual a política econômica cabocla é conduzida, pois as necessidades criam seus espaços de mobilização.

Os 500 anos de nossa história trazem a marca da incompletude de nossas classes sociais e de seus projetos políticos, e não podemos afirmar que a virada do século tenha começado a realizar a autodeterminação do país, com atores políticos revertendo a situação e criando um mundo que leve aos cidadãos brasileiros uma perspectiva mais digna de vida e ideais. Mais uma vez, ainda é hora de empunhar a pena e denunciar esse quadro de desarranjos. Nessa direção, reconhecemos a voz oposicionista dos desenvolvimentistas, numa incansável denúncia de nosso atraso.

Nessa esteira de lutas, encontramos importantes atores políticos preocupados em descobrir qual a margem de manobra, com autonomia, que

ainda nos resta. Na fileira dos nacional-desenvolvimentistas,<sup>52</sup> enxergamos Bresser-Pereira, ao longo de sua práxis, participando ativamente desse debate. Exemplos que marcam sua atuação podem ser encontrados tanto no livro *Desenvolvimento e crise no Brasil*,<sup>53</sup> reeditado com novo prefácio, quanto no texto *Desenvolvimento com poupança externa?*, redigido com a parceria de Yoshiaki Nakano, obra em que os autores analisam a nossa capacidade de sair da crise e voltar a crescer de forma sustentada e contando com poupança interna, rompendo com a dependência do IDE: “A estratégia de crescimento com poupança externa perpetua a instabilidade macroeconômica e acaba levando o país a uma crise interna e a uma crise da dívida, na medida em que mantém a moeda local sobrevalorizada”.<sup>54</sup>

A atualidade e a necessidade da problemática do desenvolvimento e seu entendimento em relação à crise são inquestionáveis. E, para finalizar, lembramos Celso Furtado. Em outubro de 1995, o economista desenvolvimentista registrou:

O conceito de desenvolvimento surgiu com a idéia de progresso, ou seja, de enriquecimento da nação, conforme o título do livro de Adam Smith, fundador da Ciência Econômica. O pensamento clássico, tanto na linha liberal como na marxista, via no aumento da produção a chave para melhoria do bem-estar social, e a tendência foi de assimilar o progresso

---

<sup>52</sup> Acompanhamos, aqui, a reflexão e a tipologia desenvolvida por Bielschowsky (1988).

<sup>53</sup> “Embora tenha escrito outros livros sobre o Brasil, este é o mais completo, abrangendo um período maior de sua história econômica e política. Nele, uso as teorias gerais que eu próprio elaborei, as teorias econômicas que aprendi com Marx e Keynes, as teorias sociais que aprendi com Weber, e as teorias sobre o Brasil que aprendi principalmente com Ignácio Rangel e Celso Furtado. Entre as teorias gerais para as quais contribuí, a teoria da nova classe média profissional ou tecnoburocrática perpassa todo o livro, a teoria da inércia inflacionária está presente a partir da análise dos anos 1980, o modelo clássico de desenvolvimento com inversão da distribuição de renda (presente em meu livro *Lucro, acumulação e crise*) transparece principalmente no capítulo 17, ‘Incompatibilidade distributiva e nova política econômica’, a teoria da incompetência está presente principalmente nos últimos capítulos e a teoria da reforma gerencial do Estado está refletida no capítulo 12, ‘Do Estado patrimonial ao gerencial’” (Bresser-Pereira, 2003a:22).

<sup>54</sup> Bresser-Pereira e Nakano, 2003:5.

ao produtivismo. Hoje, já ninguém confunde aumento da produção com melhoria do bem-estar social. Mede-se o desenvolvimento com uma bateria de indicadores sociais que vão da mortalidade infantil ao exercício das liberdades cívicas. Desse ponto de vista, o Brasil apresenta um quadro muito pouco favorável, pois é um dos países em que é maior a disparidade entre o potencial de recursos e a riqueza acumulada, de um lado, e as condições de vida da grande maioria da população, de outro. O crescimento econômico pode ocorrer espontaneamente pela interação das forças do mercado, mas o desenvolvimento social é fruto de uma ação política deliberada. Se as forças sociais dominantes são incapazes de promover essa política, o desenvolvimento se inviabiliza ou assume formas bastardas.<sup>55</sup>

### Referências bibliográficas

ABREU, M. P. Contribuições de Eugênio Gudín ao pensamento econômico brasileiro. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, out. 1984.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

AZZONI, Carlos Roberto. Desempenho das revistas e dos departamentos de economia brasileiros segundo publicações e citações recebidas no Brasil. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 4, p. 787-822, 2000.

BELLUZZO, L. G. M. Prefácio. In: BORGES, M. A. *Eugênio Gudín: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Bienal/Educ/Fapesp, 1996. p. 9-15.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, J. S. Gomes de. In: BELLUZZO, L. G. M.; BATISTA JÚNIOR, P. N. (Orgs.). *A luta pela sobrevivência da moeda nacional: ensaios em homenagem a Dílson Funaro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. cap. 2, p. 25-50.

---

<sup>55</sup> Furtado, 1996:64.

- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.
- BOCCHI, J. I. *Reprodução do capital, crises capitalistas e a Escola Francesa da Regulação*. Tese (Doutorado) – São Paulo: PUC-SP, 1999. Disponível em: <lusomarx.cjb.net>.
- BORGES, M. A. *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: Bienal/Educ/Fapesp, 1996.
- \_\_\_\_\_. As vias do desenvolvimento capitalista: clássica, prussiana e colonial. *Revista de História Econômica & História de Empresas*, São Paulo, Hucitec/ABPHE, v. II, n. I, p. 113-130, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- \_\_\_\_\_. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n. 3, p. 269-304, 1982. Disponível em: <www.bresserpereira.org.br.>.
- \_\_\_\_\_. *Lucro, acumulação e crise*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. Da crise fiscal à redução da dívida. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Dívida externa: crise e soluções*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 13-56.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. In: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5. ed. atual. São Paulo: Editora 34, 2003a.
- \_\_\_\_\_. Pensamento e pesquisa econômica: uma ciência social, dois métodos. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA (SEP), 7. Anais... Florianópolis, 2003b.
- \_\_\_\_\_. O Segundo Consenso de Washington. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Editora 34, v. 23, n. 3(91), p. 3-34, jul./set. 2003c.

\_\_\_\_\_. Democracia é conflito. *Folha de S. Paulo*, 10 ago. 2003d. (Tendências e Debates, p. 3.)

\_\_\_\_\_. O predomínio da violência. *Folha de S. Paulo*, 7 dez. 2003e. (Folha Mais.)

\_\_\_\_\_. Europa e Estados Unidos. *Folha de S. Paulo*, 14 dez. 2003f. (Tendências e Debates, p. 3.)

\_\_\_\_\_; NAKANO, Y. Desenvolvimento com poupança externa? *Revista de Economia Política*, São Paulo, Editora 34, v. 23, n. 2(90), p. 3-27, abr./jun. 2003.

BULHÕES, O. G. *Depoimento – memória do Banco Central*. Brasília: Divisão de Imprensa e Publicações do Departamento de Administração de Recursos Materiais do Banco Central do Brasil, 1990. (Programa de História Oral do CPDOC/FGV/Rio.)

FURTADO, C. Entrevista. In: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

GUDIN, Eugênio. *Princípios de economia monetária I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943.

\_\_\_\_\_. A rendição da guarda. *Revista Digesto Econômico*, São Paulo, v. 4, n. 62, p. 60-68, jan. 1950.

\_\_\_\_\_. O caso das nações subdesenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 47-77, set. 1952a.

\_\_\_\_\_. *Princípios de economia monetária II*. Rio de Janeiro: Agir, 1952b.

\_\_\_\_\_. Estatização da nossa economia. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 3-25, set. 1957.

\_\_\_\_\_. Estrutura do ensino das ciências econômicas. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 135, p. 5-9, jan./fev. 1958. (Conferência pronunciada no Centro Acadêmico Visconde de Cairú, 18 nov. 1957).

\_\_\_\_\_. *Inflação, importação e exportação: café, crédito, desenvolvimento, industrialização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

- \_\_\_\_\_. *Análise de problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- \_\_\_\_\_. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977.
- \_\_\_\_\_. Depoimento. In: *CPDOC/História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1980.
- LUKÁCS, G. *Goethe y su época*. Barcelona: Grijalbo, 1968.
- PINHO NETO, D. M. de. O interregno Café Filho, 1954-1955. In: ABREU, M. de P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- REGO, J. M.; MAZZEO, L. M.; FREITAS FILHO, E. Teorias sobre inflação: uma abordagem introdutória. In: REGO, J. M. (Org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Parte I, cap. 1, p. 9-46.
- SANDRONI, P. *Dicionário de economia*. São Paulo: Abril, 1985.